

TÍTULO: APROXIMAÇÕES ENTRE A ESCOLA PÚBLICA NO/DO CAMPO E A COMUNIDADE: ASPECTOS DE UMA PESQUISA SOBRE AS RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO E RESISTÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Rosangela Aparecida Roos – rosangelaroos1980@gmail.com
Cecília Maria Ghedini – cemaghe@gmail.com

Círculo de Saber: Conhecimento, saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidades tradicionais.

Resumo: Este artigo trata de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido no PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – campus de Francisco Beltrão, sobre a luta pelo não-fechamento da Escola Estadual do Campo Nova Sant'Ana, entre os anos de 2020 a 2024, relações de pertencimento e resistência da comunidade. Objetiva-se analisar o envolvimento da comunidade nos processos decisórios e na resistência coletiva. A Metodologia adotada vai se dar por uma abordagem qualitativa e com instrumentos como pesquisa de campo, por meio entrevistas semiestruturadas. Por muito tempo a Educação do Campo esteve as margens das políticas educacionais, conquistando seu espaço como política pública em função das lutas dos seus povos por direitos. Deste modo, cabe às escolas manter vivos estes princípios ampliando a contextualização cultural, o respeito aos saberes e o reconhecimento das identidades, gerando aos que fazem parte da escola os sentidos de pertencimento que poderão garantir a resistência e a continuidade das lutas necessárias, diante das ofensivas atuais. Pretende-se, portanto, investigar em que medida o engajamento de comunidade e escola, podem ampliar as possibilidades de luta e a inserção da escola no território.

Palavras-Chave: Educação do Campo; Escola Pública no/do Campo; Escola e Comunidade.

Introdução

Este artigo trata de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido no PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE de Francisco Beltrão intitulado "Aproximação entre a Escola Pública no/do Campo e as famílias dos estudantes: Um estudo das relações de pertencimento e resistência na Escola Estadual do Campo Nova Sant'Ana, entre os anos de 2020 a 2024. Será realizada nesta escola, localizada no município de São Jorge D' Oeste, Sudoeste do Paraná, que funciona com os anos finais do Ensino Fundamental. Esta escola, devido ao reduzido número de estudantes e a falta de políticas públicas específicas, foi transformada em Escola Multianos, apesar do nível de ensino que nela se desenvolve.



A pesquisa busca partir da compreensão de que a Educação do Campo como política pública, nos últimos anos vem se concretizando no Estado do Paraná, assim como no Brasil, pensada mediante a ação conjunta do governo e da sociedade civil organizada, caracteriza-se também, como o resgate de uma dívida histórica do Estado, com os sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a educação de qualidade. Isso porque, os modelos pedagógicos, ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo (Paraná, 2006).

Os camponeses tem direito a educação pensada e valorizada no seu lugar, construída com a sua participação, vinculada a sua cultura, modo de vida e necessidades humanas sociais. Foi este embasamento teórico e a vivência prática na escola pública no/do campo que tem sustentado a luta para que estas escolas se mantenham nas comunidades, no Paraná, muitas delas atualmente Multianos.

A Legislação Federal garante adequação curricular e metodologias apropriadas as reais necessidades dos estudantes do campo e adequação de calendário escolar (Brasil, 2010a; 2010b), no entanto, quando a organização de escolas Multianos surgiu como realidade no estado do Paraná, não havia disposição de orientações metodológicas para esta forma de trabalho. Exigiu um esforço das próprias equipes escolares com muitas adaptações, assim como de outras instituições educativas que contribuíram para a construção de instrumentos metodológicos para trabalhar com essa especificidade. As principais parceiras foram as universidades públicas, com estudos de formação continuada aos professores e equipes escolares, assim como acompanhamento à escola e às comunidades.

Diante deste contexto, considerando como ponto de partida que o processo de participação das famílias e das comunidades do campo é necessário ao fortalecimento das escolas públicas nesses territórios, coloca-se como problemática, a necessidade das comunidades argumentarem junto aos espaços de direito, a importância da escola no seu espaço de vida e, sobre qual escola é necessária a seus filhos, no sentido de garantirem o direito ao conhecimento em diálogo com seu modo de vida, seu trabalho e sua cultura. Pretende-se também, compreender em que medida, nesse processo, a organização da comunidade, os Movimentos Sociais



Populares (MSP) e suas organizações, as universidades públicas e outros parceiros das lutas da Educação do Campo, podem contribuir para esta formação e ampliação de horizontes é outra questão que se adensa nesta problemática.

Além disso, pretende-se mapear se as mediações produzidas com o Instrumental Metodológico no trabalho com as escolas (Ghedini; Berté, 2018; Ghedini, Bonamigo; Ritter, 2020), podem ser tratadas como possibilidades e ações concretas que fortalecem a escola, ainda que sejam parciais e limitadas pelo contexto e realidade que vivemos como povos do campo dos territórios rurais, das águas e das florestas, professores de escolas públicas no/do campo, na atual conjuntura de nosso estado.

De modo geral, a pesquisa objetiva compreender sobre a cultura e o saber camponês compartilhado com a escola e como o sentimento de pertencimento pode influenciar o processo de fortalecimento nas lutas das Escolas Públicas no/do Campo, analisando as formas de aproximar esta escola das famílias dos estudantes por meio de um processo de formação dos sujeitos da comunidade e dos professores e estudantes. Desdobra-se em alguns objetivos específicos como: a) Identificar os dispositivos legais da educação do campo em nível federal e estadual levando ao conhecimento das comunidades descobrindo as formas de implementá-las em nosso território; b) Resgatar e registrar as formas de organização e estudo presentes na comunidade bem como sua relação com a implementação do Instrumental Metodológico[1] e seus alcances nas comunidades que são parte da escola; c) Analisar as formas de organização e estudo presentes na comunidade bem como sua relação com a implementação do Instrumental Metodológico na relação com os avanços da escola no período estudado.

Temos como hipótese a ser defendida nesse trabalho de pesquisa, a participação das famílias camponesas de forma democrática e coletiva, para mudar a relação dos órgãos gestores regionais e municipais, pela força que a comunidade organizada pode ter ao conhecer seus direitos, já garantidos pela Constituição Federal

[1] Este Instrumental Metodológico foi produzido num Projeto Permanente de Extensão em forma de uma Rede de Formação Continuada de Professores das Escolas Públicas no/do Campo: “Caminhos de Conhecimento e Resistência”, por meio do Grupo de Pesquisa e Estudos em Formação Humana, Educação e Movimentos Sociais Populares (Gefhemp). Neste artigo este projeto é tratado como: Refocar/Gehfemp/Unioeste



e, implementar formas de fazê-los concretos no processo de manutenção da escola no território. Para isso cabe à escola, num primeiro momento criar estratégias de aproximação das famílias, para que elas se identifiquem e compreendam os objetivos das Instituições de Ensino. No processo, engajar os sujeitos em ações que fazem a diferença na escola, em diálogo com os saberes culturais locais de forma que todos sintam-se pertencentes a este espaço de ensinar e aprender.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho será qualitativa pois pesquisar qualitativamente é analisar, descrever e interpretar fenômenos a fim de compreender significados, possui caráter comunicativo e utiliza técnicas que respaldam de forma processual e reflexiva(Denzin; Lincoln, 2006). Para os autores, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (Denzin; Lincoln, 2006).

Para Minayo (2009), a abordagem qualitativa trabalha com sujeitos e se aprofunda no estudo dos sentidos e significados produzidos no “universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade, é o objeto da pesquisa qualitativa, dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (Minayo, 2009, p. 21). Dessa forma, não se preocupa em quantificar os dados encontrados, uma vez que não podem ser representados em números e quantidades mediante a característica específica com a qual se identificam, preocupa-se, outrossim, mais com o processo da pesquisa do que com a obtenção de um produto.

Ainda Denzin e Lincoln (2006) destacam que o pesquisador qualitativo acredita que tem melhor condição de aproximar da perspectiva do ator por meio da entrevista e da observação direta, de modo que nos utilizaremos de entrevistas semiestruturadas e também registros e relatos orais dos diálogos a serem registrados junto aos sujeitos entrevistados.

Após realizar a pesquisa bibliográfica que embasa nossa investigação, serão organizadas visitas nas famílias da comunidade para mapear as ações



implementadas na Escola Estadual do Campo Nova Sant' Ana, registrando pontos de vista sobre estas ações, de que forma elas tem impactado na vida da comunidade e famílias. Após isso, será realizada a análise de dados, sobre a qual (2009) nos indica três finalidades para essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte.

A Escola Estadual do Campo Nova Sant' Ana no contexto da Educação do Campo

Desde o ano de 2019, Escola Estadual do Campo Nova Sant' Ana participou do Projeto de Formação Continuada de Professores desenvolvido na região Sudoeste pela Unioeste – campus de Francisco Beltrão, por meio do projeto de extensão da Refocar. Os estudos da formação continuada coletiva, plataforma Meet, embora online, mantiveram o coletivo da escola fortalecido e unido diante dos desafios enfrentados. Dentre eles, todos os anos, a ameaça de fechamento pelo baixo número de alunos que a escola apresentava.

No ano de 2022, pós pandemia, a escola foi contemplada com o Projeto "Escolas Públicas do Campo Multianos - Mudanças e Inovação",[2] com o qual pode-se contar com auxílio de alunos bolsistas do Curso de Pedagogia e Geografia da Unioeste, bem como dos professores da universidade que faziam parte do Projeto, coordenavam a acompanhavam.

O projeto Multianos desenvolveu-se com a tecnologia social que estava sendo colocada em curso pela nova referência em Educação do Campo, do projeto de extensão e pesquisa da Refocar/Gefhemp/Unioeste, no qual se desenvolviam alguns Instrumentos Metodológicos. Destes, a escola passou a trabalhar com o Inventário e Dossiê da Realidade da Escola, Trilhas Escola Família e as Varandas de Partilha,

[2] Este projeto foi desenvolvido com apoio do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), que teve como Área Prioritária a Melhoria do Ensino, neste caso, como apoio cinco Escolas Públicas do Campo Multianos da região Sudoeste do Paraná, nos municípios de Salto do Lontra, Salgado Filho, Chopinzinho e São Jorge D'Oeste (Unioeste, 2022). Deste ponto em diante trataremos este projeto "Projeto Multianos", sem aspas.



além do Espaço Educativo da Festa das Sementes e Mudas Crioulas nas Escolas do Campo. Apesar de todos os esforços, a Escola ainda corria o risco de ser cessada. No ano de 2023, a comunidade recebeu uma proposta de “Integralização” de Escolas do Campo, ou seja, junção de três escolas do município em uma só, o que para a comunidade da Instituição pesquisada, significava a cessação da escola pois, os estudantes seriam direcionadas para outra Instituição.

Assim que a comunidade escolar recebeu a notícia, não aceitou as intenções da SEED/PR, e iniciou-se um movimento para manter em funcionamento a Instituição de Ensino. O processo de formação e fortalecimento que já vinha ocorrendo, permitiu que o coletivo buscasse ações concretas junto a Universidade parceira Unioeste. Por meio de diálogo, articulou-se um momento de formação com a comunidade sobre as Leis que amparam a Educação do Campo e o não fechamento das escolas.

Mobilizaram-se as famílias reunindo 46 pessoas para a formação ministrada pelo Professor Dr. Carlos Antônio Bonamigo que apresentou a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208 (Brasil, 1988); a LDB 9394/96, em seu artigo 28, que trata sobre a Educação do Campo e suas especificidades (Brasil, 1996); o Decreto N° 7.352, de 4 de novembro de 2010 (Brasil, 2010b), a Resolução MEC/CNE/CEB 04/2010 (Brasil, 2010a); o Parecer CNE/CEB nº 3/2008 (Brasil, 2008); Parecer Normativo 01/2018 do Conselho Estadual de Educação que pauta sobre requisitos para a cessação de escolas do campo sendo que, um deles é a manifestação da comunidade favorável a cessação, registrada em ata e assinada e convocada a assembleia com 15 dias de antecedência por meio de Edital (Paraná, 2018).

O Professor dialogou com a comunidade ouvindo os anseios dos familiares presentes: a proximidade da escola de suas casas, os riscos que as crianças correriam em trafegar longas distâncias dentro do transporte escolar para acessar outras escolas, perder a identidade de sua cultura camponesa dentro de outra Instituição Escolar que não teria características de Escola do Campo, perder o próprio espaço de referência e a ligação de todas as famílias da comunidade.

A Escola Estadual do Campo Sant’Ana e a Escola Municipal Santana funcionam em dualidade administrativa e neste período, a primeira tinha 18 estudantes, e a segunda 38 estudantes, totalizando 56 educandos atendidos. Com



este número de estudantes a escola não seria cessada se a comunidade unida, em movimento, exigisse o cumprimento da lei que já é assegurada.

No dia marcado para a assembleia com a Equipe do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Dois Vizinhos, foi com coragem e união coletiva que a comunidade os recebeu para a apresentação da proposta. Os familiares, estudantes e educadores argumentaram que queriam a escola aberta na sua comunidade, que estavam dispostos a lutar por ela com todas as suas forças, apresentaram todos os argumentos, falaram sobre a importância da escola como instrumento de identidade da comunidade. Reafirmaram que não assinariam uma ata que tratasse de sua integralização e nem de sua cessação.

Tanto o momento formativo quanto a reunião com o NRE foram registrados em atas e estão documentados na escola. A escola se manteve aberta, funcionando, e isso só foi possível pela apropriação que os sujeitos da comunidade tiveram, por meio do estudo e dos diálogos acerca de seus direitos e deveres e, da legalidade que ampara as comunidades do campo e suas escolas.

A Educação às comunidades camponesas é garantida pela LDB 9394/96 que assegura:

> Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região especialmente:
> I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas as reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.
> II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.
> III – Adequação a natureza do trabalho da zona rural (Brasil,1996, art. 28)

Além disso, nas comunidades camponesas a escola é uma referência aos povos do campo que ali vivem e pode vir a tornar-se um espaço de estudo e formação quando oferece palestras, eventos e promove o diálogo com as famílias e os estudantes, abrindo seu espaço a todos os sujeitos que vivem no território. São inúmeras as oportunidades que podem ser criadas como assuntos de interesse comum, pesquisa e exposição sobre a cultura local e a história das comunidades, os modos de viver e produzir, de modo a fortalecer o vínculo entre a escola e as famílias desenvolvendo um sentimento de pertencimento. As Diretrizes das Escolas do Campo



(Brasil, 2002), bem nos lembram as relações entre a escola e os bens naturais e simbólicos que a cercam, bem como os MSP suas organizações.

> A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2002, p. 1).

Por muito tempo a Educação do Campo esteve as margens das políticas educacionais. Ela somente conquistou seu espaço como Política Pública em função das lutas desses povos por seus direitos. Somente após o final da década de 1980 e decorrer dos anos 1990, iniciaram ações na perspectiva da Educação do Campo, desde a cultura e as necessidades dos povos camponeses. Os princípios da Educação do Campo, fundamentam-se na contextualização cultural, no respeito aos saberes e no reconhecimento das identidades, permitem uma explicação atenta sobre as relações desiguais e de poder presentes na sociedade. Nos possibilitam lançar um olhar para outras perspectivas como: relação cidade e campo, agricultura familiar e agronegócio, infância camponesa e urbana entre outras.

Neste cenário histórico se trava, também, a luta pelo acesso ao conhecimento e à garantia do direito à escolarização, aos sujeitos do campo, segundo as autoras:

> Trata-se de um movimento que se propõe a superação das tendências dominantes nas políticas de educação para o meio rural no Brasil. As políticas públicas de educação sempre se pautaram na dicotomia entre o campo e a cidade, e nunca atenderam às necessidades e especificidades dos povos do campo [...] (Molina; Sá, 2012, p. 473).

Diante desse processo, Silva (2015) afirma que a Educação do Campo se efetiva a partir de conflitos e disputas entre o projeto hegemônico do capital – representado pelo agronegócio e as resistências e lutas do território camponês na defesa do direito humano à educação que respeite a diversidade, a autonomia, a solidariedade e participação social.

> [...] a intencionalidade de contribuir com o processo de formação de sujeitos sociais e coletivos, fortalecer a reflexão e sistematização das práticas educativas existentes em todo o país e fomentar a interlocução entre as lutas dos movimentos sociais pela produção e



> reprodução da vida na sua relação com a terra, à floresta e as águas (Silva, 2015, p. 230).

E, como conteúdo do próprio Movimento de Educação do Campo, Munarim (2008) também corrobora sobre a construção do inconcluso conceito de “Educação do Campo”, que quer valorizar os sujeitos educandos como sujeitos constituídos de identidades próprias e sujeitos de direitos, tanto de direito à diferença, quanto de direito à igualdade, sujeitos capazes de construir a própria história e, portanto, de definir a educação de que necessitam (Munarim, 2008). Por essa razão, Caldart afirma que,

> [...] trata-se de uma educação que deve ser no e do campo - No, porque [...] o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; [Do, pois] “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (Caldart, 2002, p. 26).

Molina (2012) corrobora com estas afirmações ao mostrar que a Educação do Campo, tal como veio se produzindo nos últimos anos, insere-se na perspectiva dos direitos e, como mostra, a garantia do direito aos sujeitos do campo deve se dar pela ação do Estado, uma vez que são direitos universais, dizem respeito a todos os cidadãos e, somente o Estado tem condições de instituí-los mediante suas ações. A efetivação do direito se dará por ações do Estado que se concretizam por meio de políticas públicas.

No contexto dos direitos, a Educação do Campo passa por uma nova fase, qual seja de lutar por espaço junto ao Estado, no sentido de reivindicar garantias legais, dentre elas, se destaca o Decreto n° 7.352, instituindo a Política Nacional de Educação do Campo, é elevada à política de Estado (BRASIL, 2010b) e a Resolução MEC/CNE/CEB 04/2010 que transforma a Educação do Campo em modalidade educacional (BRASIL, 2010a). No estado do Paraná, no ano de 2003, conquista-se um espaço importante, a Coordenação da Educação do Campo (CEC), junto à Secretaria Estadual de Educação (SEED) e neste processo, dispositivos legais como a Resolução 4783/2010, da Secretaria de Estado da Educação, reconhecendo a Educação do Campo como política pública (PARANÁ, 2010a) e o Parecer CEE/CEB 1011/10, instituindo normas e princípios para que a Educação Básica do Campo fosse



implementada no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, assim como, para a definição da identidade das Escolas do Campo (PARANÁ, 2010b).

Neste sentido o processo de fortalecimento das escolas públicas no/do campo busca manter estas escolas nas comunidades para que as crianças e jovens possam estudar no lugar onde vivem, este direito é garantido pela legislação.

A pesquisa pretende, portanto, investigar quais possibilidades existem de, por meio da participação direta da comunidade, seu engajamento em estudos e processos com a escola, tê-la como aliada e empoderada para enfrentar as ofensivas de fechamento que estas escolas com número menor de estudantes têm passado.

Considerações Finais

A experiência concreta apresentada em parceria com as Universidades, especialmente a Unioeste com o Programa de Formação de Professores já citado, que tem promovido a aproximação dos professores e da escola como um todo com os saberes da comunidade, sua memória e cultura, nos mostraram que a escola pública tem um grande potencial de resistência ao se desenvolverem ações que produzem pertencimento junto a este espaço de ensinar e aprender. A comunidade vai percebendo a importância de manter a escola em funcionamento para reproduzir e valorizar os saberes, as histórias e a cultura deste espaço de vivência.

Estas relações tornaram possível a não concretização da cessação da Escola Estadual do Campo Nova Sant'Ana, no momento em que a comunidade, num "movimento" coletivo de resistência, argumentou contra a proposta da SEED/PR, trazida à escola por meio dos profissionais técnicos do NRE de Dois Vizinhos. Contudo isso só foi possível porque a comunidade se apropriou de argumentos, com eles articulou-se junto aos administradores do município, e por isso, também enfrentou a ofensiva do estado não aceitou a cessação da escola.

São estas constatações que estimulam para realizar esta pesquisa compreendendo que as escolas carecem destes referenciais para enfrentar as lutas pela não cessação, ampliar e lutar por ações e propostas que a coloquem como uma referência para as comunidades e a região, como tem acontecido. Após essas experiências, outras comunidades escolares da região retomaram a discussão e a tentativa de reabertura de escolas já cessadas fora da legalidade.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010.** 05 nov. 2010b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7352.htm>Acesso 13 jul 2025.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.960, de 27 março de 2014**. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/114664351/lei-12960-14>. Acesso 11 jul 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 3/2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb003_08.pdf>. Acesso em: 12 jun 2025.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96,** de 20 de dez de 1996.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Ministério da Educação-MEC, Brasília/DF, 2010a. Disponível e: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_04_1 4.pdf> Acesso em: 30 de mai de 2025.

CALDART, R. S. Pedagogia da Terra: formação de identidade e identidade da formação. **Cadernos do ITERRA**, Ano II, n.6, p. 80-103, 2002.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **A disciplina qualitativa.** Planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

GHEDINI, Cecília Maria; BERTÉ, Rosane. **Planejamento coletivo-interdisciplinar e instrumental metodológico.** 1. ed. Franciso Beltrão: Unioeste/Francisco Beltrão, 2018.

GHEDINI, Cecília Maria; BONAMIGO, Carlos Antônio; RITTER, Janete. Fortalecimento das escolas públicas do campo da região Sudoeste do Paraná e rede de formação de educadores. In: GHEDINI, Cecília Maria; BONAMIGO, Carlos Antônio, (Orgs.). **Educação do campo:** pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. p. 33-75.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.



MOLINA, Mônica Castagna, SÁ, Laís Mourão. **Licenciatura em Educação do Campo. Dicionário da Educação do Campo.** In: CALDART, Roseli S., PEREIRA, Isabel B., ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro. São Paulo: EPSJV. Expressão Popular, 2012. p. 466-472.

MUNARIM, Antônio. Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. **Trabalhos GTs**. Caxambu, 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf>. Acesso em: 13 jul 2025

PARANÁ, Governo do**. Parecer CEE/CEB 1011/10**. Curitiba/PR, 2010b.

PARANÁ, Governo do. **Parecer Normativo Nº 01/2018.** Curitiba/PR, 2018. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Pareceres_2018/CP/pa_cp_normativo_01_18.pdf Acesso 14 jul 2025.

PARANÁ, Governo do. **Resolução 4783 - 28 de outubro de 2010.** Curitiba/PR, 18 de nov. 2010a. Disponível em: http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&cod Ato=69377: Acesso 12 de julho de 2025.

PARANÁ**. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo** - SEED, Curitiba, 2006.

SILVA, Maria do Socorro. **Lugares institucionais do pensar e fazer da educação do campo: uma rede constituída de várias redes.** Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 227-245, jul./dez. 2015.

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Projeto Universidade Sem Fronteiras.** Escolas Públicas no/do Campo Multianos: mudanças e inovação. Francisco Beltrão: Unioeste, 2022 (mimeo).